

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0600472-25.2008.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Fornecimento de Água**
 Requerente: **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos**
 Requerido: **Jose Carlos Coito**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Fls. 22: **JOSÉ CARLOS COITO e LUCINEA DE JESUS GARÇON COITO**, apresentaram exceção de pré-executividade, nestes autos da execução que lhes move o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS (SAAE)**, alegando que são partes ilegítimas para figurar no polo passivo, eis que venderam o bem, em 11 de outubro de 1984, ao Sr. Gilson Brito dos Santos.

A "*exceção de pré-executividade*", ou "*objeção de não-executividade*", está sufragada no ordenamento jurídico pátrio, consubstanciada, inclusive, na **súmula nº 393** do Superior Tribunal de Justiça: "*A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória*".

No presente caso, a análise da ilegitimidade passiva dispensa a dilação probatória, pois conta com documento incontroverso pelas partes (fls. 37/39). O próprio excepto fundamenta seu pedido contra a parte adversa na "propriedade" e não na "utilização" dos serviços.

Ocorre que os Tribunais Superiores já decidiram, reiteradamente, que a natureza jurídica da remuneração dos serviços de água e esgoto, prestados por concessionária de serviço público, é de tarifa ou preço público. Desta forma, a dívida tem caráter pessoal e não real ("*propter rem*"), ou seja, não se liga ao imóvel, mas ao efetivo usuário.

Vejam-se, a respeito, as ementas do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA 280/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ÁGUA E ESGOTO. DÉBITO. IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DO PROPRIETÁRIO POR DÍVIDAS CONTRAÍDAS POR OUTREM. DÍVIDA DE NATUREZA PESSOAL.

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,
São Carlos-SP - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E COLETA DE ESGOTO SANITÁRIO. COBRANÇA DE DÉBITOS ANTERIORES DO ATUAL CONSUMIDOR (OBRIGAÇÃO PROPTER REM). INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

E mais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Exceção de pré-executividade - Agravada que comprova que na época do consumo de água e coleta de esgoto o imóvel que era de sua propriedade estava ocupado por cessionário - Serviço público prestado de natureza pessoal - Portanto, não constitui obrigação "propter rem" - Exceção de pré- executividade acolhida por ser reconhecida a ilegitimidade de parte passiva da COHAB - RP - Recurso improvido. (TJSP, Agravo de Instrumento nº 0006841-65.2010.8.26.0000, rel. Des. Osvaldo Capraro, j. 29/04/2010, r. 12/05/2010).

Ante o exposto, **acolho** a exceção de pré-executividade para o fim de reconhecer a ilegitimidade passiva dos excipiente e, na mesma oportunidade, **JULGO EXTINTA** a execução com fundamento no artigo 485, inciso VI, do CPC.

Condeno o excepto ao pagamento de custas e despesas processuais do incidente, bem como honorários que arbitro, por equidade, em R\$ 500,00 (quinhentos reais), considerando a mínima complexidade do feito, bem como a repetitividade da matéria.

P I

São Carlos, 01 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**